

MIGUELISMO NO ALTO-MINHO

por MARIA EMÍLIA DE VASCONCELOS*

(Continuação)



*D. Miguel,
segundo um desenho
de Domingos Sequeira*



*Antiga estampa
alusiva ao regresso de D. Miguel,
com Lysia e as Províncias do Reino.*

Estampa allegorica pelo feliz regresso do Sr. D. Miguel a este
arquipélago.— Nesta allegoria se representa Lysia acompanhada das Províncias
do Reino recebendo em seus braços o Sr. D. Miguel, que lhe mostra as Sciencias,
as Artes e a Religião. O Valor lhe promete immortal gloria.

* Do Centro de Estudos Regionais (C.E.R.)

NO RESCALDO DO FOGO

Abro aqui um novo parêntesis para evocar ainda um miguelista, arreigado e corajoso; desde o tempo, até, em que D. Miguel se achava exilado na Áustria. Era de Vieira do Minho, simples pároco tranquilo que chega a ser chefe de geurrilha, com milhares de acaudilhados atrás de si. Chamava-se Casimiro José Vieira. Apesar das convicções antigas, foi sobretudo depois da partida de D. Miguel que se evidenciou. Quando, uma dúzia de anos volvidos, rebentam os tumultos legitimistas chefiados pelo seu antigo general Macdonell²⁰, o P^e. Casimiro então fugido aos regimentos do Conde das Antas, coloca-se imediatamente a seu lado; e acha-se com ele em Braga quando as tropas de Casal voltam a chacinar ali centenas de pessoas, escapando-lhes "por milagre". Pouco culto, rude no estilo, a sua "Carta à Rainha" de 1846 tornara-o no entanto famoso, e por todos foi lida; e mais tarde os seus apontamentos copiosos sobre a Revolução da Maria da Fonte, inéditos 32 anos, e enfim lançados ao público em 1883, por empenho do P^e. Sena Freitas e do próprio Camilo Castelo Branco (aliás mal escritos igualmente, mas curiosos)²¹ voltaram a evidenciá-lo, apesar da galhofa de muitos.

Derrotado e morto Macdonell, nas Pedras Salgadas, o exaltado revolucionário desapareceu novamente, e terminada a crise, remata os seus dias singela e calmamente perto de Felgueiras, a cuidar do seu terreno²²...

* * *

Em 1848 organiza-se o Partido Realista. Como sociedade secreta, designada por "Ordem de S. Miguel da Ala"²³, cujo grão-mestrado foi atribuído ao próprio D. Miguel de Bragança. Em Viana coopera nesta sociedade D. Santiago Garcia Y Mendoza, bem recebido no meio, em casa das principais famílias miguelistas. Em 1846 apresentara-se em Braga como fidalgo galego e general Carlista, tendo combatido com Macdonell. Naturalizando-se português, casou um ano depois com D. Emília Corrêa Leite de Castro, da Casa da Azenha. Teria 30 ou 35 anos, então. Era corpulento, muito conversador.

²⁰ Pinho Leal, como outros, aventam que o escocês Macdonell (desembarcado em Lisboa com o nome de Adrião) teria combinado com os cabralistas atraiçoar afinal os miguelistas

²¹ Um pormenor pitoresco ali contido: na era dos cabralistas usar bigode e pera causava desconfiança entre os populares e era mesmo perigoso para a segurança pessoal

²² "Crises" várias houve ainda: em 1847 constou que D. Miguel, então em Londres, estaria disposto a embarcar para Vigo em meados de Março, passando, incógnito, daí ao Minho (Ver "A Patuleia no Alto Minho") por F. Cirne de Castro, pag. 158

²³ Igualmente segundo Camilo Castelo Branco

De Braga passa a Guimarães. Depois reside em Ponte de Lima; na sua casa acha-se hoje a Câmara da Vila (só em 1890 ela mudara de proprietário, por execução hipotecária aos seus herdeiros). Em 1848, enfim, encontra-se em Viana. Conta ainda Camilo Castelo Branco que em Guimarães alguns realistas lhe beijaram a mão convencidos de que era o próprio rei disfarçado!

Da tal sociedade secreta faziam parte em Viana, Ventura Reimão Teles de Menezes, o comendador de Malta e António Taveira Pimentel de Carvalho (de Lamego mas aqui residente com uma irmã, Margarida Máxima, na rua do Poço). Mantendo correspondência política com Ribeiro Saraiva, antigo e devotadíssimo secretário de D. Miguel em Londres, de onde nunca regressou ao país, através dele recebia cartas, também, do rei exilado. O que a todos entusiasmava. No grupo figuravam ainda, entre outros, António Pimenta da Gama, que fora o chefe da Belfastada, aqui, com o posto de capitão, o que motivou depois um assalto à sua casa, já demolida, no Campo da Feira, e o Conde de Almada.

Mas o então Governador Civil da urbe, Dr. Tomás de Aquino Martins da Cruz, (grande "pedreiro-livre", dizia-se) informou, dizia-se também, o Ministro do Reino das actividades do galego aqui, e dele obteve autorização para o prender e remeter com escolta de gente de Infantaria 3, para o Castelo. O que se fez a 1 de Novembro. A "confidencial" justificava, segundo F. Cirne de Castro, que "os sectários do usurpador", audazes e insolentes, manifestavam a intenção de mais uma revolta, agora cá e com a colaboração de absolutistas da Galiza, portanto... De resto também o Governador Civil de Braga solicitara que se vigiasse "aquelas pessoas a quem o general espanhol D. Garcia se ligara", bem como a ele próprio.

E uma informação do Cônsul de Espanha no Porto confirma que "desgraçadamente" de Verin a Viana se albergam teimosamente cabecilhas a favor dos dois príncipes ao tempo proscritos: D. Carlos e D. Miguel.

Em Monção, assinala-se, acham-se mesmo os supostos carlistas António Vasquez, Domingos Baylon e Alonso Mosquera, nomes particularmente destacados no partido. E em 1849 os espanhóis afirmam até que o raptado Juíz Cella-Nova fora trazido para Portugal e aqui escondido, o que desmente aliás o Governador Civil de Viana, e é desmentido depois pelo raptado, por sua vez, quando liberto regressa a casa! Quanto, porém, à identidade do Governador Civil que prende D. Santiago, levanta dúvidas o Dr. Francisco Cirne de Castro²⁴; posto que por essa altura se deu uma substituição no cargo, que passou a ser exercido por Manuel Joaquim Fernandes Tomás.

²⁴ Ver o "Arquivo do Alto Minho". vol.VII, pag. 50. Também aí se esclarece que D. Santiago não era galego mas sim de Valhadolid.

Isto porque pouco antes surgira uma “Refutação documentada oferecida à consideração das pessoas sensatas de todos os partidos por S. Garcia de Mendonza contra o caluniador convicto José de Sá Coutinho, da Vila de Ponte de Lima”, feita em Valença do Minho na tipografia do jornal “A Razão”. Com um abaixo-assinado de pessoas gradas de Viana que pelo seu comportamento se responsabilizam; muitas delas de facto miguelistas, outras que o não seriam: Manuel Felix Mancio da Costa Barros, José Lopes Calheiros e Menezes, Caetano Abreu e Lima Pimenta Feijó, Felix Roby Porto Pedroso, António Pereira Cirne Bezerra Fagundes, Leonel d’Abreu Lima, Tomás de Aquino Martins da Cruz, António de Araújo de Azevedo, António d’Agorreta Pereira de Miranda, José Maria Coelho Vilas Boas, Sebastião Pereira da Cunha, etc. Ora aqui figura pois o Dr. Tomás de Aquino a abonar o espanhol. E se houve quem o apodasse entretanto de “pedreiro-livre”, até, quanto à sua rectidão de carácter a despeito de antipatias políticas, ninguém, creio, a punha em dúvida.

Do que não fica dúvida, igualmente, é que D. Santiago soubera conquistar o meio! Embora: o “escandaloso personagem” é levado para o Castelo da Foz, de onde foge. Sai do país. Mesmo fora, no entanto, foi ainda nomeado sócio correspondente da nossa Real Academia das Ciências, graças a três ou quatro obras dadas à estampa em 1867; e colaborou ainda no periódico vianense “Lethes”. E morreu por fim em Marselha, em 1884 (cinco anos depois da mulher que cegara e entravara). Mas na situação firmada, ali... de Cônsul de Portugal! Aliás, pobre: foi enterrado a expensas do nosso governo.

* * *

Mais um estremecimento de raiva percorre o Minho absolutista ao saber-se que o redactor do jornal legitimista “A Pátria” fora levado perante o Júri Criminal de Liberdade de Imprensa do Reino por causa de um artigo por ele publicado e que outro periódico, “A Nação”, (no nº 469) refutou. Somente o arguido, longe de retratar-se, ampliou ali as acusações ao governo “que depois de exilar D. Miguel ainda o espoliou (sessão de 3 de Agosto de 1850), já que pela Convenção de Évora-Monte promovida pela “quádrupla aliança” lhe fora estipulada a prestação anual de 60.000\$000 rs. para poder viver no estrangeiro “conforme o seu alto nascimento e qualidade de pessoa” ; e logo se faltou a esse contrato “chegando o despejo ao ponto de anunciar em pleno Parlamento, diante de Portugal, da Europa e do Mundo que nunca houve tenção de cumprir tal promessa”!

Acrescenta ainda que na altura da Convenção D. Miguel resguardava, na Praça de Elvas todas as jóias da Coroa — suas, de sua mãe, das irmãs — um tesouro de sessenta milhões de cruzeiros, que poderia ter posto no estrangeiro

como garante dessa pensão, ou do qual poderia ter tirado, pelo menos, a sua parte. Porém, “porque era um príncipe eminentemente nacional, e foi-o sempre, qualidade que ninguém ousará constestar-lhe”, preferira encarregar o fiel José Luis Rocha de tudo entregar então ao duque de Bragança. Mas, entretanto, o duque morre e a sua parte não lhe é entregue “por estar primeiro sujeita a muitas e diversas indemnizações”. Segredou-se até que os brilhantes (apesar dos volumes estarem selados) teriam sido ali substituídos a certa altura por outros falsos. E inúteis foram sempre todas as diligências do exilado para haver ao menos esse seu haver!

Tudo isto transcrevi de um folheto que ainda dormitava numa velha casa familiar, em Viana, (parece que esgotado logo, devido principalmente a pedidos do norte do país) e que, empregando o mais empolado estilo, se intitula precisamente “Defesa do jornal legitimista A Pátria pelo redactor do mesmo jornal”, etc.²⁵.

Ora aqui, não se conhecia nada disto tão bem, até então.

AINDA NO DEPOIS

No pequeno livrinho que também neste momento tomo na mão, “Resumo da História de Portugal para uso das crianças que frequentão as aulas “ de Emílio Achilles Monteverde, editado na Imprensa Nacional de Lisboa em 1844, entre o período relativo à abdicação da Coroa por D. Pedro em sua filha D. Maria e o período da abdicação do mesmo da Coroa do Brasil em seu filho abstem-se de registar pormenores: “Passaremos em silêncio todos os sucessos de que a nossa malfadada Pátria foi teatro desde o anno de 1828 até 1833, não só porque por mui recentes, são sobejamente conhecidos de todos, mas porque a sua narração viria despertar tristes lembranças que se não desejão avivar”. Atitude sensata...

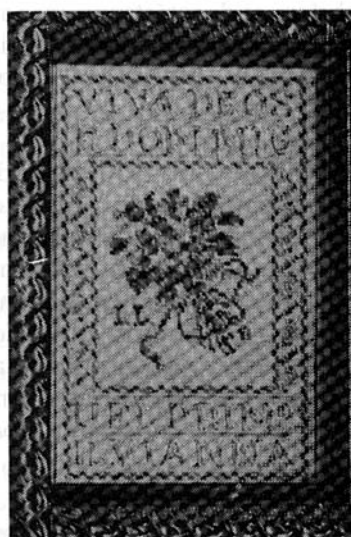
Mas as jovens educandas dos colégios de freiras, mas os jovens educados pelo próprio capelão da casa, ou em internatos cuidadosamente escolhidos, continuavam afinal influenciados pelo ambiente das famílias. As gravuras saudosistas de D. Miguel figuravam em muitas salas, na tampa de muitas caixas de rapé, nas pregas de muitos leques. E entre as “prendas de mãos” das meninas românticas multiplicava-se a primorosa execução dos clássicos quadrinhos bordados a matiz, a seda, a lã, a “cabelo”, a missanga, a ponto-de-cruz sobre papel recortado, com grinaldas em nacaradas, escamas de corvina sobre veludo, onde num espaço aberto surgia a venerada efigie ou, nas

²⁵ Na tipografia de Faria Guimarães, rua do Bonjardim nº 566 - Porto

margens, uma frase ou “viva” referindo-o. Segundo ouvi ainda à minha sogra (a mimada Joaninha do conhecido general João Tomás da Costa), aluna, como outras vianenses do seu tempo, de certa professora dessas artes requintadas — que, para ensiná-las, aqui vinha passar uma semana em cada mês, a D. Elvira Branvilla, do Porto, constavam desse grupo as duas meninas dos Cirnes, Amália e Maria da Natividade, e as duas meninas Vaz Almada, Maria Francisca e Maria Joaquina que, entre as demais, formavam um núcleo um tanto à parte, a princípio, “por serem de famílias ainda muito pragmáticas, medularmente miguelistas”; e com certa reserva contra as de “meios pedris

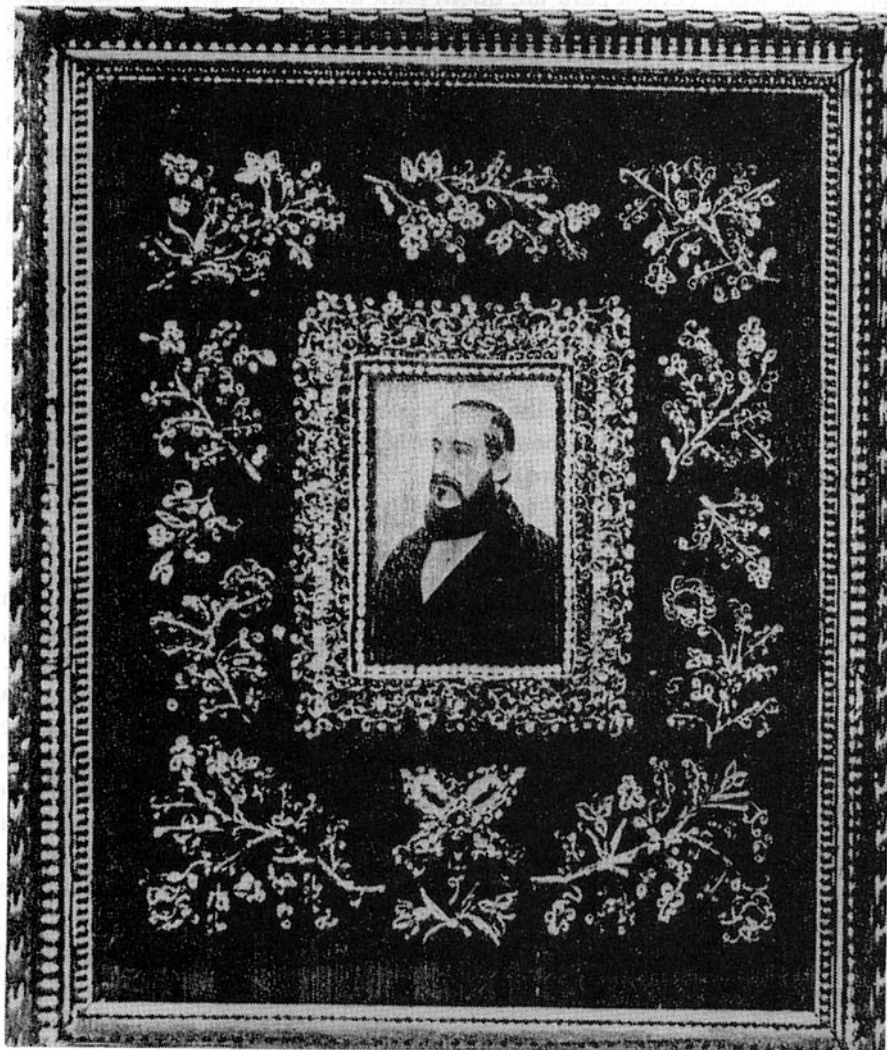


Os quadrinhos elaborados pelas prendadas meninas miguelistas: sobre veludo azul escuro, o “M” entre recortes de papal dourados na aresta...



*... Sobre papel picotado, bordado a seda, em ponto de cruz:
“Viva Deos e Dom Mig — uel Prim”;
I. L. Viana”*

tas" (reserva que se foi aliás desvanecendo com o tempo... um tanto). Outra professora aqui esteve, por esse tempo, a francesa Madame Botto, essa "très royaliste", abertamente "miguelista ferrenha"!²⁶



Outro desses quadros, com recortes de papel dourado, sobre veludo verde, semeado com pérolas.

²⁶ Ver "Mestres, Alunos e Alunas em Viana", de M. E. de Vasconcelos, ed. 1984.

Com o tempo estes quadrinhos das bisavós (políticos ou não) foram relegados para os sótãos e caves dando a vez a outros, estampas ou pinturas, na decoração das paredes da sala. Ostracismo, porém, que se esvai. Na vida actual quem seria capaz de empreender de novo trabalhos semelhantes, quem teria paciência e perícia para tal, quem para tal teria tempo, à tarde ou em calmas seroadas? De forma que nas lojas dos antiquários ou nos leilões eles voltaram a surgir, altamente cotados, e a ressurgir das caves e sótãos para os quartos e salas de quem acaso os conservara!

Houve há anos umas curiosas exposições em Lisboa, no Museu de Arte Antiga e no Palácio Almada, com recordações deste período em que figuraram pequenas obras destas (que em cada casa minhota "fidalga ou Burguesa" deverão pois ser valorizadas também). A par das miniaturas em jóias ou em bilheteiras, dos retratos a óleo, das publicações e panfletos, dos livros, dos folhetos de cordel. Objectos "históricos", sobretudo, actualmente. Vindos de museus, de palácios do Estado ou de coleccionadores particulares: os Pimenta da Gama, de Viana, a própria Infanta D. Filipa de Bragança, os condes de Alvélos, D. Lúcia Sttau Monteiro, Eduardo Freitas Costa, o comandante Ernesto de Vilhena (recolha esta, depois da sua morte dispersa em leilão também), dos condes do Ameal e da Folgosa, de Luis Bramão, Beleza de Miranda, Montenegro Carneiro...

* * *

Quando em 1866 o rei banido destas paragens morreu, distante, em Brombach, na Alemanha, de novo foram os seus retratos tarjados de negro, como à partida e por ele se chorou de novo, sincera e desinteressadamente.

Mas de facto o prestígio do seu vulto não se esfumou nem desbotou com a morte, entre o povo. Pelo contrário. O irrequieto, revoltado chão em que se movera mudara-se em rochedo firme a suster-lhe a memória. E como se até do firmamento merecesse um sinal especial o momento do seu definitivo fim humano, nessa mesma noite de 14 de Novembro desceu do escuro uma intensa chuva de estrelas, visível em todo o país, mas sobretudo no norte. Onde mesmo na capela da mais humilde e remota aldeia o sufragaram e dobraram os sinos.

À sua inumação foram assistir numerosos legitimistas portugueses. Entre os quais um de cepa minhota, o conde de Almada, D. António.

* * *

Antes porém de passar à recapitulação dos dias imediatos, menos agitados, não deixarei de mencionar aqui alguém que logrou ser chamado sempre

aos mais altos cargos quer no campo religioso quer no político, quer noutros, sendo embora indefectivelmente liberal e cartista. Um minhoto, ainda, Frei Francisco de S. Luis Saraiva, nascido em Ponte de Lima, em 1766. Que fez parte da Junta de Resistência, formada em Viana, em 1808, contra os franceses invasores; da Junta do Governo do Porto, depois da Revolução de 1820; da Junta Provisional presidida pelo brigadeiro António da Silveira com representantes das classes dirigentes do Norte (clero e nobreza); que foi deputado em 1822, e de novo em 1826, e de novo (por Viana e Lisboa) em 1827; que foi Par do Reino e presidente da Câmara dos Pares; que foi reitor da Universidade de Coimbra, vice-presidente da Academia das Ciências, guarda-mor da Torre do Tombo; que foi bispo de Coimbra, cardeal da Sé de Lisboa, etc.! Evidentemente, em certos períodos sofreu desauturações, afastamentos compulsivos, vexames. A sua prudência, a sua inteligência, o seu tino vedavam-lhe às vezes ir tão longe ou ficar tão aquém de certas soluções quanto o pretendiam os mais radicais de cada partido. Quando "castigado", entregava-se placidamente aos seus estudos históricos, publicados em copioso número... Morreu em Lisboa, em 1845; mas na sua vila um periódico local memoriza ainda o seu nome: "O Cardeal Saraiva".

O "OUTRO" DOM MIGUEL

Casara D. Miguel em Kleinheubach com a princesa D. Adelaide de Loewenstein, de 20 anos. Que, segundo os numerosos legitimistas que daqui de novo se deslocaram a assistir ao baptizado do seu primeiro filho, era muito bonita (viúva em 1851, tornou-se porém monja, na abadia beneditina de Solesme, e depois no convento da mesma Ordem em Cowes, na ilha de Wight, onde morreu, em 1909)²⁷. Nascera esse filho em Reichnau (Áustria), "em terra portuguesa" colocada sob a cama da mãe; e ministrou-lhe o baptismo o bispo da Guarda. Entre esses portugueses presentes na cerimónia mais um minhoto figurava: António Pereira da Cunha, de Viana. Mais tarde afirmou-se na cidade que tanto o deslumbraram, então, os imponentes castelos da Baviera que, regressado, decidiu construir para si um castelo, também, em Portuzelo, com torreões, ameias, pátios, fontes (até há pouco pertença ainda de descendentes seus, hoje passado de mão).

Ignoro se, mesmo sem ter visto as mansões da Baviera, ele não o teria feito na mesma assim, limitando-se, como tantos, na altura, à inspiração colhida no

²⁷ Em 1967 foram por sua vez inumados os restos de D. Miguel e de D. Adelaide no Panteão de S. Vicente, em Lisboa



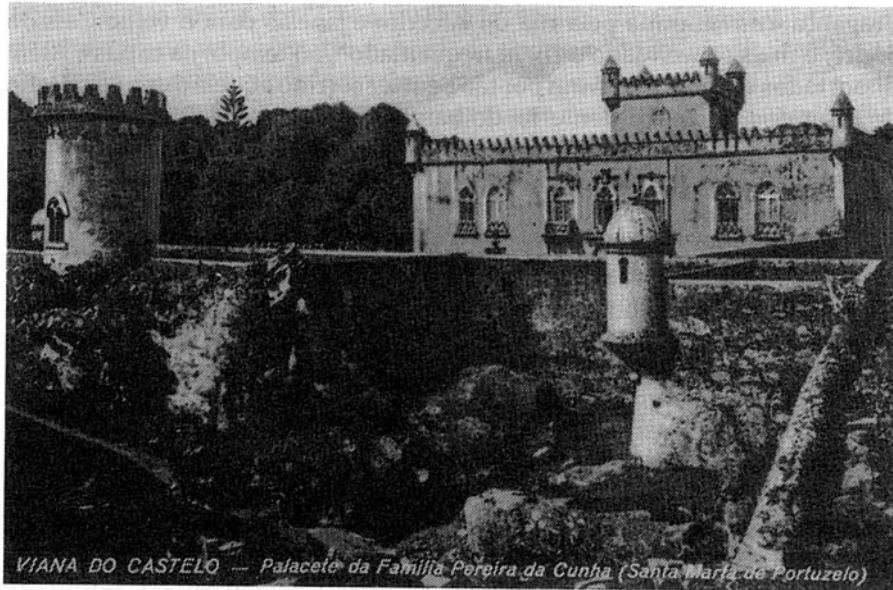
*Conhecida litografia
de D. Miguel
e de sua mulher,
D. Adelaide de Loewenstein.*

Palácio da Pena, de Sintra que D. Fernando construía. Saudoso igualmente, diz-se, dos da sua terra natal. Quantos muretes de propriedades, quantos “chalets de brasileiros” vemos, na nossa, com acréscimos de pequenas torres e frestas, de renques de ameias díspares, apenas por se haverem tornado “moda” a partir daí!

Aliás até para o povo tudo o que emanava de D. Miguel enfeitiçava ainda. Muitos como que perderam a noção do seu recuo no tempo, a ponto de clamarem esperançosos, ainda não há muito, referindo-se a qualquer postura ou imposição fiscal: — Deixem D. Miguel tornar para cá... e já tudo isto entra na ordem, outra vez! O nosso “sebastianismo” é incurável!

* * *

D. Miguel II veio incógnito a Portugal em 1883, no “Aldegonde”, um barco do seu primo Henrique de Bourbon, conde de Bardi. Esteve então em Queluz, em Sintra; foi à ópera, em S. Carlos, em Lisboa, assistiu a uma tourada, em



O "castelo" de Portuzelo (da 2.^a metade do séc. XIX) dos Pereira da Cunha

Santarém. E desse arredor não se afastou na altura. Dez anos volvidos casaria pela 2.^a vez com a princesa Maria Teresa.

Depois do seu 1.^o casamento, em 1877 com Isabel Maria Maximiliano, filha do príncipe Maximiliano de Thurn e Táxis, porém, mais uma "moda" grassara no Minho: a de baptizar agora as crianças com os nomes de Maximiliano ou Maximiliana (Isabel ou Maria eram banais, não "marcariam", com estes, a teimosa posição política dos pais) Somente porque eram longos, houve depois Maximianos e Maximianas, e mesmo Máximos e Máximas assim nomeados com a mesma intenção, como se de abreviaturas dos primeiros, e não de outros, se tratasse.

Na própria Casa da Praça, em Viana, Maria Maximiliana era a graça da futura viscondessa de Montedor. Talvez por mera coincidência? No entanto o velho Ventura Malheiro Reimão fora um dos assistentes àquela cerimónia nupcial.

* * *

Naquele mesmo ano de 1883, reanimada a chama partidária pela notícia da estadia, embora breve, do "novo D. Miguel" no país, resolveram os legitimistas comemorar o seu aniversário reunindo-se em Lisboa, no hotel

Bragança, com entrada pela rua do Alecrim e janelas para o velho Cais do Sodré; o mais conceituado e “bem frequentado”, ao tempo, na capital. Além disso, todos se congratulavam por tão bem ter corrido aquele discreto desafio do seu príncipe à subsistente “lei do banimento” que ainda o atingia²⁸. Dos distritos de Braga e Viana personalidades rumaram para a capital, para na homenagem, pois, participarem. Mas tão particulares não foram os preparativos que evitassem o ajuntamento de muitas outras pessoas junto do comboio, na estação, a aplaudi-los à partida e a gritar vivas a D. Miguel (primeiro? segundo?). O que levou muitas das suas famílias dali às igrejas, a suplicar a cada santo da sua devoção que as inconfidências de cá não se repetissem lá, causando retaliações ou até o impedimento da reunião. Mas novamente tudo correu lindamente e cada um regressou incólume!

* * *

Na “Nobreza de Portugal”, publicação orientada pelo Dr. Afonso Zuquete (no vol. II, pag. 32) vejo registado um facto que talvez muitos desconheçam e achei curioso, tanto mais que também o desconhecia: dois hinos foram escritos para D. Miguel II e lhe foram oferecidos pelos respectivos autores. Um, por um legitimista ferrenho o tenor António Augusto Lopes Portugal, intitulado mesmo “Hino a D. Miguel II”; o outro por Alfredo Keil, o conhecido autor da “Portuguesa” que todos imaginam inspirado pelo clima da proclamação da República, mas que brotou antes da indignação que em 1890 cresceu no país quando do “Ultimatum”. Dedicado amigo do príncipe exilado e sabendo-o, embora afastado, em sintonia com esse estado de espírito, dedicou-lho, por seu turno. Depois, com a letra (talvez menos fulgurante) que lhe adaptou Henrique Lopes de Mendonça, foi cantado em várias festas patrióticas, e todo o povo o entoou em 1891, quando do “31 de janeiro” no Porto. O que motivou que fosse proibido repeti-lo. Porém depois de 1910 adoptaram-no como hino nacional. Isto refere ainda a publicação “Entre Castelos e Quinas”, por Jaime Ferreira e pelo conde de Alvelos (Porto, 1940, pag. 169).

* * *

Em 1901 vem por seu turno a Portugal o filho primogénito de D. Miguel II, Miguel Maximiliano, titulado duque de Viseu. Com um acompanhante. E

²⁸ Como complemento da Convenção de Évora-Monte, de 1834, o barão de Rendufe, Simão da Silva Ferraz e Castro (agora encarniçado anti-miguelista que antes, no entanto, com entusiasmo, bem servira o Infante na Vilafrancada), insiste na sessão da Câmara de 27 de Agosto de 1836 que “a D. Miguel, banido, se aplique a pena de morte estabelecida nas Ordenações para os traidores à Pátria se acaso voltassem ao país” — Ver a História de Portugal, ed. em Barcelos, vol. VII, pag. 240

hospedam-se ambos, em Lisboa, no Hotel Avenida, sob a designação de conde de Mutzgen e o seu secretário. Segredada a notícia, todas as individualidades da facção de novo convergem das suas províncias a saudá-lo. Levam-no a Sintra, a Queluz, comove muitas pessoas que na rua o identificam falando-lhes na nossa língua. É simples. É simpático.

D. Carlos ocupa o trono na altura. Informam-no do que se passa. Mas não o preocupa a clandestina visita! Conta-se até que respondeu apenas, encolhendo os ombros “que deixassem o rapaz passear por aí à vontade”. No entanto, a onda empola-se. Também em S. Carlos, em noite de ópera, desencadeia aplausos de legitimistas, como acontecera quando da comparência ali do seu pai. Depois, há como que um “beija-mão” na sede do jornal “A Nação”.

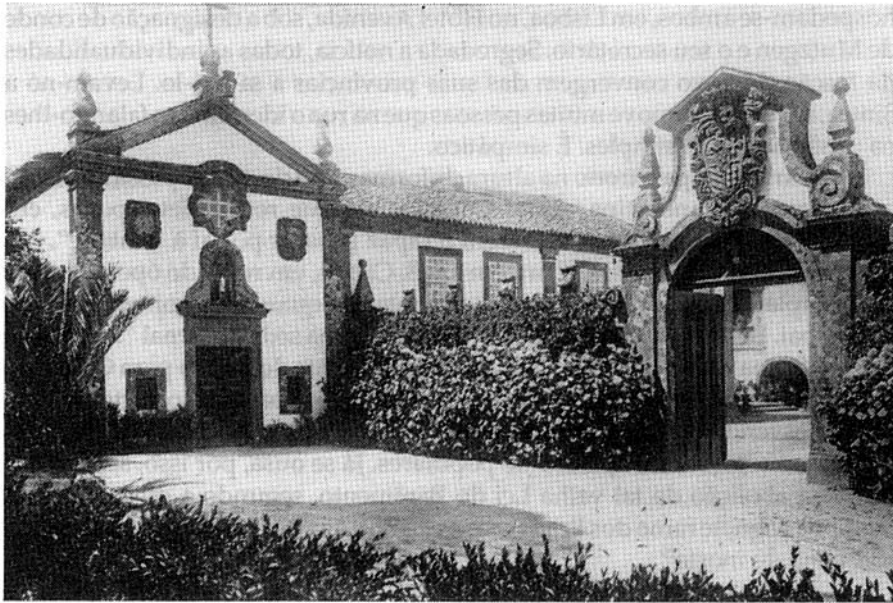
De forma que os viajantes abalam sensatamente de Lisboa para Coimbra, onde se hospedam no Hotel Mondego. E de Coimbra passam ao Porto. Mas no Porto desvendam igualmente o seu incógnito. E ocorrem igualmente pelas ruas manifestações de aplauso de populares. Já se ousa, por isso, sugerir em Lisboa a abolição da tal velha Lei do Banimento, segundo a qual qualquer membro daquele ramo dos Braganças que a Portugal tornasse poderia sujeitar-se à pena de morte²⁹.

* * *

Então, do Porto abala agora o duque de Viseu (ou melhor, o conde de Mutzgen ainda) para Braga e Viana, com D. Miguel Vaz de Almada, cujo solar era, como se sabe, perto desta segunda cidade, em Lanheses. E aqui ocorre, com o mesmo empenho, muita gente que o festeja: populares, humildes, e até, sem receio, grande parte da fidalguia da região. A 3 de Fevereiro, ainda com D. Miguel Vaz de Almada, volta para a Cidade Invicta, a assistir a mais uma reunião de partidários na casa de José Pestana, na “Casa dos Pestanas”, à rua do Almada, hoje em pleno descalabro e ruína.

Por fim, no entanto, já um grande número de vozes reflectidas aconselhava o “clandestino” a não regressar a Lisboa, a seguir mesmo já do Porto para a fronteira. Para Madrid, por exemplo, onde se realizaria pouco depois o casamento do príncipe das Astúrias. Já a caminho da Estação das Devezas acontece porém que um eixo do carro em que seguia se quebra. E o viajante é

²⁹ Só em 1951 ela seria de facto revogada. O próprio D. Duarte Nuno, seu irmão, chegara no entanto a infringi-la também, em 1942. De resto há quanto tempo tantos membros, menos em evidência, sim, da copiosa cepa haviam pisado este solo abertamente tolerados, e até bem recebidos! Mormente princesas, casadas noutras casas reinantes ou não, em cordial visita ao nosso monarca! Ver “El-rei D. Miguel e a sua descendência”, de Caetano Beirão, Portugalíia edit. 1943



O antigo Paço de Lanheses, dos Condes de Almada.

obrigado a fazer a pé o trajecto que faltava, até lá, para não perder o comboio. Pois mais célere que o seu passo, como rastilho fulminante, no arredor espalha-se a notícia da partida iminente; e uma última manifestação espontânea, popular o colhe ainda, à porta da gare!

* * *

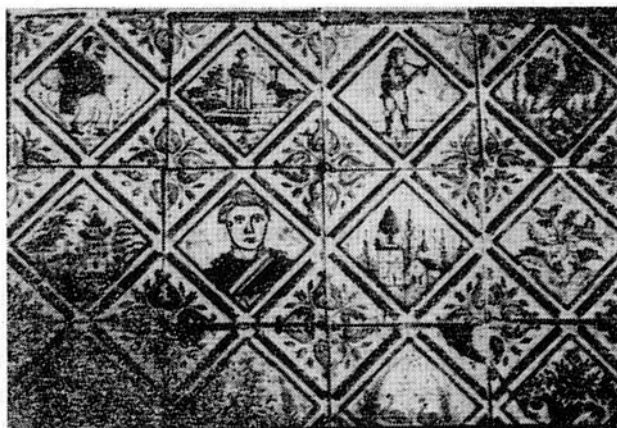
Era portanto bem parecido, culto, simpático este descendente do rei exilado. Pouco depois, numa ida ao estrangeiro do Infante D. Afonso (irmão do “usurpador” D. Carlos), com um dos seus ajudantes, o capitão Silva Sena, já não sei se em Viena se em Berlim quis o acaso que, num restaurante, ficassem em mesas vizinhas os dois primos, D. Afonso e este moço D. Miguel. Que, a certa altura, prestimosamente, serviu de intérprete entre D. Afonso e o criado que o servia, e só falava alemão (o príncipe português falava perfeitamente o francês e o italiano e, menos mal, o inglês; mas não o alemão). Reconheceram-se os dois mas nenhum infringiu “oficialmente” a lei que os separava. D. Afonso, sem se apresentar como seria protocolar, agradeceu o auxílio e convidou-o, como aos amigos, a provarem o vinho que escolhera e que mandou levar à sua mesa; eles apreciaram-no. D. Miguel, igualmente sem se apresentar, trocou ainda umas banalidades em francês, com aqueles

estrangeiros, relativas ao “menu”, às operetas de novo em voga: “A Grã-duquesa de Gerolstein”, o “Sonho de Valsa”, “O conde de Luxemburgo”, “A Viúva Alegre”. Seguidamente ele e o seu grupo saíram, cumprimentando amavelmente, mas sem nenhum “au revoir”.

Então, sério, murmurou D. Afonso para o ajudante: — Olha, aí tens enfim um Bragança todo airoso (ele e D. Carlos eram corpulentos); até ficava bem no palco, também... Com aquelas belas fardas... A dançar aquelas valsas...!

NA TRADIÇÃO TEIMOSA

Entretanto o povo lê teimosamente folhetos de cordel como “A história do exilado” ou “Os Encobertos” e pinta em pratos ou púcaros de rústico barro a efígie do “seu” D. Miguel I, de banda enviezada no peito e “olhos bugalhudos”, como dizia uma empregadita nossa, dos Arcos, (da família de velhos contrabandistas que mais de um século decorrido sobre a sua proscricção parecia ainda aguardar, como outros, o seu regresso “para tudo entrar na ordem” novamente!) Efígie que sempre vi igualmente, traçada a azul, nalguns dos azulejos de figura solta que, entre vários com outros motivos, revestiam o



Os azulejos de “figura solta” citados no texto (dos princípios do séc. XIX).

pátio da casa dos meus avós, na antiga rua de S. Sebastião, em Viana³⁰ (o nº 206 onde está actualmente a sede local do P.C.P.). Dali foram retirados — e quantos

³⁰ Conheceu-os bem o especialista Dr. Santos Simões, que os tinha como sendo de fabrico do Porto, ainda da primeira metade do século XIX

nessa altura se espedaçaram — e vendidos a um médico da cidade para uma casa sua, parece, no arredor. Precisamente quando os levavam passou ali o meu marido que ainda conseguiu fotografar alguns.

Também uma muito idosa “toalha escoitadeira” (escoitar por auscultar: existiam entre o povo para as usarem, bem asseadas, os médicos que eventualmente examinassem um familiar encamado), me foi mostrada que num dos extremos tinha em relevo, na teia, a frase: Hajemos saúde — terminada no outro extremo: pra servir D Mig. Já noutros apontamentos há tempos publicados mencionei igualmente certas camisas de homem, regionais, para festas e romarias, onde a enfeitá-las, se bordara a ponto de cruz vermelho, profissões de fé como: Viva Deos e Dô Migel P^o, ou : Dom Mig. Rey da Barca. Registo que não tenho como tão antigo o uso destas camisas bordadas, mas a inspiração de semelhante decoração é que me confirma na convicção que o tal prestígio daquele rei perdura, aqui, no século XX, tradicional embora, como no termo do anterior!

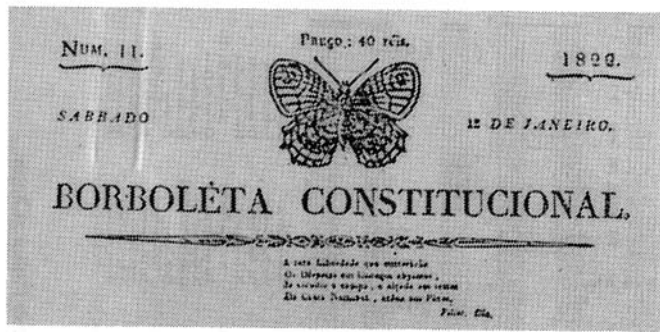
Do mesmo modo, já o referi também, nos encantadores “lencinhos de amor” com que as mordomas de cada aldeia sustinham a sua vela ou as noivas o seu ramo, pode soletrar-se no correr do bordo, em vez da mais ou menos romântica quadra: O nosso povo/ muyto (?) fiel/ quer no reyno/ o D. Migle... e outras linhas semelhantes.

E nas camisas descritas acima uma das frases acha-se ao longo da pala, atrás; como se o atávico receio de alguma surtida de caceteiros quisessem ainda iludir, por encobri-la depressa qualquer casaco lançado sobre os ombros.

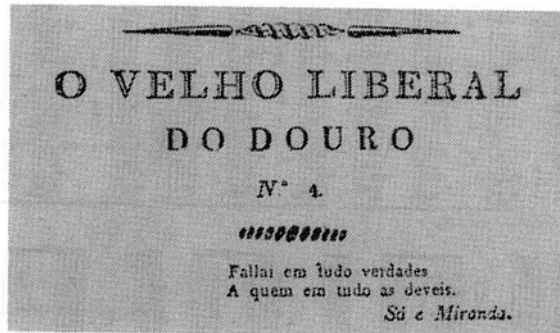
* * *

Em meio bem diverso ocorreu um pequeno incidente revelador, também ali, de susceptibilidades persistentes, embora sem “importância histórica”. No Carnaval de 1901, mais de meio século depois do “miguelismo” em era fanática, houve em Viana alguns animados bailes particulares, um dos quais em casa do conde da Carreira, com a comparência mais escolhida de famílias da cidade e das proximidades³¹. Envergando muitas pessoas luxuosas “fantasias”, sucedeu que o conhecido escritor e jornalista João Caetano da Silva Campos, optou por se apresentar com um traje “á antiga”, isto é, tal como os das primeiras décadas do século XIX que alguns chamavam “á Byron”: calça

³¹ Isto anotei através das recordações da filha de um dos presentes, o general João Tomás da Costa que seria a minha sogra. A festa está de resto descrita no “Jornal de Viana” de Fevereiro desse ano.



Cabeçalhos de periódicos
liberais... bem pagos, aqui,
pois os Correios que os
traziam... corriam riscos!



Um menos conhecido
retrato de D. Miguel



Um liberal famoso de Ponte de Lima:
Fr. Francisco de S. Luís Saraiva

justa, casaca abotoada e curta à frente, na cinta, gola muito alta, e ainda com “bicorne” com penas; e ainda com cabeleira curta, tufada aos lados. Pelo braço trazia uma senhora forte, pouco bela e pouco nova (a mulher de um amigo seu, o conselheiro Sousa Pinto, D. Delfina), de turbante de seda e vestido sem roda, de cintura muito subida (“á Império”, conforme a designação também usual). Ao vê-los alguém evocou porém, D. Carlota Joaquina e o seu tão amado segundo filho.

Logo José Pereira Cirne, D. Antão Vaz de Almada e outro convidado se acercaram do par com certo desabrimto; e quem perto acaso se achava ouviu ao primeiro que “certas caricaturas eram sempre de acintoso mau gosto”. João Caetano não era pessoa para calar respostas agrestes e já largava do braço a senhora para “levantar a luva” lançada. No entanto o dono da casa acorria, com o conde de Bertiandos e Ernesto Góis Pinto, interpondo não sei que diversão no esboçado conflito e a noite prosseguiu divertida.

É com base em factos semelhantes que, ainda em 1901, aponta o articulista Avelino de Almeida, na sua folha liberal, o clero, o temível clero, como o grande culpado “contra o que muitos teimam em supor, de que essas afeições legitimistas se acantem ainda em tantos pontos da província, mormente no Minho (Braga) e na Beira (Covilhã)”. No entanto, não estaria ele próprio a percutir uma tecla já gasta na altura? Não seria o constante amesquinhar dos velhos ideais pelos vencedores, só por si, que mais os aferrava em alguns? Porque não? Já Victor Hugo escreveu que “as opiniões são como os pregos : quanto mais os batem, mais os enterram”! Mas a par da mera tradição e do espírito de contradição há que admitir, evidentemente, a devoção, a convicção.

* * *

Discreta mas corajosa atitude da devoção tradicional à sua política deram ainda em 1905, duas velhas senhoras de Viana, filhas do venerável D. Antão Vaz de Almada, solteiras, frágeis. Para os três, D. Carlos continuava a ser o “usurpador” deste trono. Ora naquele ano ele visitava Viana, também, para assistir a umas manobras militares que decorriam em Barcelos. Na casa da Praça, dos Malheiro Reimão ficaria hospedado ; e para enriquecer o seu então sóbrio recheio todas as famílias da cidade emprestaram espelhos, tapetes, pratas, móveis das próprias casas.

Poucos dias antes as duas senhoras Almada, D. Maria Francisca e D. Maria Joaquina foram visitar a minha avó, recém-chegada de Lisboa. Esta, em conversa, aludiu à azáfama que notava no meio, preparando a recepção ao rei. Ao que uma delas respondeu, com o ar de quem não entendia bem o que ouvira: — Ao rei? — e logo continuou, desprendidamente: — Ah, claro, de

D. Carlos de Bragança? Sim, parece que esse vem cá, brevemente... — e, com evidente desinteresse por tal assunto, passou a outro.

E para se absterem, sem acinte, de qualquer empréstimo de objectos para a Casa da Praça que lhes fosse igualmente solicitado ou de se negarem a qualquer convite que recebessem para as refeições, durante as vésperas fecharam-se em casa dias e dias, fazendo constar que os seus negócios as haviam precisamente chamado ao Porto na altura. Pobres senhoras! Todos sabiam perfeitamente que nenhuns negócios teriam que tratar fosse onde fosse; já que viviam até com muito escassos recursos. Ninguém pois enganou o pretexto, porém porque as estimavam, acataram-no.

(E até os próprios estudantes, considerados sempre como estouvados e “pouco atenciosos” as respeitavam a ponto de pessoalmente lhes levarem sempre uma frisa para a “sua récita”, cada ano, no 1º de Dezembro³². Que não começava sem que as miúdas descendentes dos fidalgos da Restauração entrassem no Teatro Sá de Miranda sobre o tapete das suas capas negras. Sem troças! E isto, já pelos anos vinte do século!)

Aliás D. Miguel II continuava a cultivar a amizade daquela família. Em 1908, a 27 de Junho, o chefe do partido, D. Miguel e sua mulher D. Leocádia Sant’Ana e Vasconcelos celebraram as suas Bodas de Prata. Com uma missa na capela da Casa, em acção de graças, seguida de procissão pelo parque até ao cruzeiro, florido, no seu extremo, e na qual se incorporaram todas as confrarias do lugar. Com um finíssimo banquete aos seus parentes e amigos da Ribeira Lima, com bodo aos mais pobres da freguesia. Pois, lembrando a data, não deixou D. Miguel de se associar à festa e aos brindes ao casal, por telegrama, nos termos mais calorosos e afectuosos³³.

OS SEGUINTEs, NO RAMO

Do primeiro casamento de D. Miguel II derivara pois Miguel Maximiliano, duque de Viseu, “nascido em terra portuguesa”, espalhada na altura sob a cama da mãe, e ainda o Infante Francisco José e a Infanta Maria Teresa. Do seu segundo casamento nasceram mais sete Infantas e, em penúltimo lugar, D. Duarte Nuno, este baptizado com água da pia baptismal de Guimarães, onde consta que já o fora o remoto D. Afonso Henriques. Duas destas princesinhas suas irmãs, D. Isabel e D. Maria Benedita figuram na capa do semanário “Ilustração Portuguesa” (do número de 10 de Junho de 1907) vestidas “à

³² Ver “Duas encantadoras velhas senhoras”, pela autora, no “Roteiro de Viana” de Camilo Pastor (Agosto 1979, vol. XXI).

³³ Ver a “Aurora do Lima” de 1 de Julho de 1908.



*As pequenas Infantas
com fatos "à lavradeira",
de Viana.*

lavradeira", o que motivou que logo se esgotasse em toda esta província nortenha! Na foto aparentam respectivamente, 6 e 4 anos, embora, em 1907 já houvessem atingido 12 e 10. Acham-se junto de um rochedo (de estúdio...). Descalças... embora com esse traje de festa. O lenço da mais novinha flutua, sem nó, poisado apenas sobre o cabelo. Tem as mangas da camisa arregaçadas e, na mão, umas floritas. A mais velha sustém no braço um cântaro, pouco semelhante aos nossos. Mas, em intenção, as infantazinhas ostentavam o traje deste rincão (aqui mesmo tão mal envergado às vezes), e tanto bastava para que tantos pretendessem obter para si o exemplar citado da publicação³⁴!

³⁴ Dentro publica ainda esse número da Ilustração Portuguesa um longo artigo de Avelino de Almeida sobre esta família, proscrita ainda do país na altura (Junho de 1907) com várias outras fotografias dos seus membros e amigos. E num dos grupos de legitimistas figura de novo

* * *

Por 1909 uma nuvem de escândalo e desconsolo caiu sobre os miguelistas do país. O príncipe Miguel Maximiliano, o primogénito de D. Miguel II, renunciara aos seus sagrados direitos dinásticos para se casar em Inglaterra com uma americana de origem escocesa, não nobre. E que ainda por cima, comentava-se aqui, nem bonita era! Que mulher conseguiria fazer D. Miguel I desistir do seu trono, “portuguesíssimo” como foi, acima de tudo?! Ninguém perdoava ao neto a deserção.

* * *

Mas dois anos depois voltaram os populares a vê-lo com melhores olhos. Quando das “intentonas” de Paiva Couceiro, em 1911 e 1912, para entrar no país e aqui implantar de novo a monarquia, constou que a seu lado se encontrava o duque de Viseu “desinteressadamente”, só pelo princípio, tal como o príncipe Francisco José, seu irmão, isto através daquele “secretismo”... transparente que envolvia aquelas operações. Ora a parcela de povo que se mantinha em calado descontentamento contra a República já concedera cariz de herói a Couceiro que, enfim, sempre a vinha afrontar. Assim porém, acompanhado por esses dois jovens, que vento de glória os não traria em bem³⁵?!

Somente o vento de glória, como os de outros quadrantes, muda às vezes, de súbito, de rumo.

* * *

Quando da Grande Guerra, de 1914 a 1918, D. Miguel era “feld-marechal” do exército austríaco onde já em muito jovem prestara serviço. Quando porém, Portugal nela se envolveu, pediu a demissão do activo naquele exército e passou a actuar na Cruz de Malta. O que se tornou apreciado no lado

António Pereira da Cunha, o “fidalgo de Portuzelo”. Termina até o artigo transcrevendo versos seus: “Príncipe ainda é cedo; a hora não é esta/ Ainda dura a tormenta ainda está negro o céu/ E da calhandra a voz no seio da floresta/ Não se escuta por ora. O dia não rompeu”. No ornato que remata cada página, em baixo, lê-se o “slogan”: “O amor dos realistas/he sincero e verdadeiro/dizem do coração/Viva D. Miguel Primeiro”, no norte muito popularizado também...

³⁵ Leio que também D. Miguel II, então ao sul da França com os seus, “trabalhou activamente para o êxito da empresa mandando armas para a Galiza e promovendo que outros mandassem”, ao passarem ao Minho — (em D. Miguel e a sua descendência, de Caetano Beirão, pag. 29).

português. E como na nossa "Brigada do Minho", que tanto se distinguiu na Flandre, havia, obviamente, muitos minhotos "miguelistas" por simpatia sua ou tradição, pois, familiar, tanto mais esse gesto, quando conhecido "caiu bem". E não lhes ocorrendo ali outra forma de manifestarem esse agrado, foram pedir ao então capitão Ernesto Sardinha, autor da letra do "seu hino" (e conhecido poeta, que Viana inspirou em toda a sua obra), sobre música de Inácio M. da Costa (mestre, em Viana, da Banda da Infantaria) — que autorizasse a remessa desse hino a D. Miguel. Não era o capitão um simpatizante com os monárquicos, pelo contrário; mas contou-me ele próprio que na altura... sentiu que não devia "ficar atrás" em "grandeza de alma"; e como já não existia entre eles nenhum exemplar a enviar, ele próprio escreveu ao seu editor, em França, para disso se encarregar. E D. Miguel pelo seu lado conseguiu depois comunicar através dos Comandos o seu "sentido agradecimento aos oficiais e soldados" pela oferta.

* * *

Passaram Miguel Maximiliano e a mulher a residir em Nova Iorque, onde ele de resto morreu cedo. E cedo morreu igualmente o seu irmão Francisco José, aos 39 anos, perto de Nápoles, feito prisioneiro de guerra (1919). D. Miguel II transfere então a sua sucessão ao filho mais novo D. Duarte Nuno (1920), que por morte de D. Manuel II, não deixando este descendência, se converte enfim no único representante em Portugal destes dois ramos dos Braganças.

Quando fez 20 anos foram cumprimentá-lo a França, numa reunião em casa da Condessa de Cadaval, em Pau, muitos portugueses, e no ano imediato veio ele ao país numa primeira visita, ainda não oficial, também. Chegou a dormir uma noite, em companhia do Dr. Pequito Rebelo, no próprio carro que o transportava. Esteve então, no Alentejo, na Covilhã, na Serra da Estrela, em Viseu, e, no regresso, em Alcobaca, Fátima e Abrantes. As primeiras casas portuguesas onde se hospedou foram a do Dr. Hipólito Raposo (Quinta da Margalha) e a do Dr. Pequito Rebelo (Herdade de Polvorão).

Não deitou pois até ao Minho nessa altura. Nem na segunda vez que, de passagem para o Brasil, aqui parou (1942). Entrado pela fronteira do Caia, houve um atraso grande na partida do avião que o transportaria até lá. Dessa vez ficou, em Lisboa, na residência do Dr. Rui de Andrade, no Campo de Sant'Ana. E no outro dia passeou pela cidade e arredores, onde de novo, muitos "fiéis", devassando também o seu incógnito o saudaram; e onde foi fotografado em vários locais, mesmo junto de populares. Dessas fotografias se fez até uma colecção de postais, que possuo, não posta à venda evidentemente. A 29 de Maio tomou enfim o avião para o Brasil, com a infanta D. Filipa, os

condes de Almada, os condes de Castro e o Dr. João Amaral. E em Petrópolis casou, então, com D. Maria Francisca, filha dos príncipes de Orléans e Bragança, de quem viria a ter três filhos, D. Duarte, D. Miguel, D. Henrique.

Como seu lugar-tenente em Portugal creditou D. Duarte Nuno o conselheiro Azevedo Coutinho, que já o fora de D. Manuel II, exilado em Inglaterra. Antes coubera esse cargo sucessivamente ao marquês de Abrantes, ao conde de Pombeiro, a Carlos Pinto Coelho, a António Pereira da Cunha (o do Castelo de Portuzelo), aos condes da Redinha e de Avintes, a D. Alexandre Saldanha da Gama, ao conde de Almada, D. Miguel (do Paço de Lanheses) e ao conde de Azambuja. Lugar-tenente de D. Manuel fora também o conselheiro Aires de Ornelas, com importante acção entre as duas facções.

Em Maio de 1950 é pois revogada enfim a lei do Banimento de 1834. Tal como a de 1910, relativa aos bens próprios da Casa da Bragança. E a família de D. Duarte passa agora a residir em Portugal, primeiro em Coimbrões, Gaia (1955), depois no palácio de S. Marcos, em Coimbra (1958).

É então que a Causa Monárquica se preocupa mais em desenvolver-se, captar os novos, reaver os velhos, com alargada distribuição de propaganda³⁶. Agita-se a velha "Causa" que o "Integralismo Lusitano", entre 1913-14 e 1933, pretendia modernizar, com a "Cartilha Monárquica" e a "Cartilha do Operário" editadas pelo conde de Monsaraz em 1916 e 1920. E em que se envolveram alguns vianenses, então jovens: o poeta Carlos Lobo de Oliveira, o jornalista Artur Maciel, o eng^o José Luis Silva Dias, Domingos Carvalho. E o ideal faz-se também representar como partido, (Partido Popular Monárquico), entre os demais que o movimento do "25 de Abril" admite na sua Assembleia.

A REMATAR

É evidente que todo este desenvolvimento histórico, apaixonando os mais ou menos militantes, não deixou igualmente indiferente o povo. Tanto mais que a facilidade de transportes e dos outros meios de comunicação na região, tornou cada acontecimento mais próximo. Assim, cuida-se que a Monarquia do Norte teve aqui simpatizantes, em 1919, como as Incurções de Couceiro as haviam já concitado. Que a passagem de D. Miguel II por Lanheses, embora

³⁶ Entre muitos, um dos meus primos ingressou, na altura, nesse movimento. Com casa em Ponte de Lima, actuou nessa zona e em Lisboa. E eu tenho esses primeiros folhetos porque, com eles, ele tentou também, em Lisboa, aliciar o meu pai, que durante 15 anos, até 1910, fora ajudante do Infante D. Afonso. Mas ele era sobretudo sinceramente amigo da "outra" família real; independente de filiação em regimes...

tão breve, estimulou muitos, tal como a abolição da Lei do Banimento agradou³⁷. Mas nada disso foi onda que alastrasse, que arrebatasse mesmo os mais rudes, mesmo os mais simples, como os encandeara D. Miguel I, com uma intensidade, de facto, rara. No povo, foi essa a imagem que ficou, que se aponta, independente do tempo; que se vestiu de prestígio irreal. O resto... veio... passou...

Comecei por lembrar o “Avô Galeão”, personagem de Eça de Queiroz, a propósito do génese da sua devoção miguelista, nestas notas. No seu termo recordarei a teimosa devoção miguelista — para além da morte! —, do tio Capela, personagem de um conto do atrás citado Artur Maciel no seu livro “Ritmos de bilros”. Desse modesto coxo, encarregado do correio e recadista na sua aldeia. Que conhecera ainda, em novo, aquele “lindo Rei”, “firme como rocha”, “altivo como o sol”. Que impunha até: Eu játenho pregado ao meu filho — Manuel, vê se honras sempre a memória honrada de teu pai, do “miguelista”. E se eles quiserem voltar e eu já estiver na cova, vai tu com eles, por mim, Manuel! — Mas no fim chega-te à minha sepultura e diz: meu pai, já cá temos os Nossos Reis! Que eu isso, debaixo da terra, ainda hei-de arranjar a ouvir!

Depois, esse Manuel finou-se também, e os filhos, e os netos. Mas na nossa era já tão diversa da deles, em alguns trinetos que permanecem longe das grandes urbes febris, parece às vezes subsistir, no fundo, o eco incrível, ingénuo, daquele antigo, entranhado arroubo!

³⁷ Já à parte deixo o citado Integralismo Lusitano, pois se realmente entusiasmou bastantes, pertenciam estes sobretudo às camadas jovens, estudantis, ou às camadas intelectuais adultas. Mas não “desceu” ao povo, geralmente.